
Instituto Natura

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e administradores do
Instituto Natura

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Natura ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Natura em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiu o relatório de auditoria em 24 de abril de 2020, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ", a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros". e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Instituto Natura

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

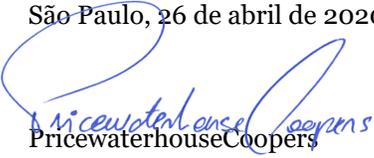


Instituto Natura

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0

Índice

| | |
|--|----|
| Demonstrações financeiras ilustrativas | |
| Balanço patrimonial | 2 |
| Demonstração do resultado | 3 |
| Demonstração do resultado abrangente | 4 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 5 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 6 |
| Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras | |
| 1 Informações gerais | 7 |
| 1.1 Contexto operacional | 7 |
| 1.2 Eventos Relevantes do exercício | 7 |
| 1.3 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19 | 7 |
| 2 Resumo das principais políticas contábeis | 8 |
| 2.1 Base de preparação | 8 |
| 2.2 Moeda Funcional | 8 |
| 2.3 Caixa e equivalentes de caixa | 9 |
| 2.4 Instrumentos financeiros | 9 |
| 2.5 Imobilizado | 10 |
| 2.6 Empréstimos | 11 |
| 2.7 Arrendamento Mercantil | 11 |
| 2.8 Fornecedores | 11 |
| 2.9 Provisões | 11 |
| 2.10 Benefícios a empregadores e executivos | 12 |
| 2.11 Capital social | 12 |
| 2.12 Apuração do superávit / déficit - receitas e despesas | 12 |
| 2.13 Trabalhos voluntários | 12 |
| 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos | 13 |
| 4 Caixa e equivalentes de caixa | 13 |
| 5 Títulos e valores mobiliários | 13 |
| 6 Imobilizado | 13 |
| 7 Direitos de uso | 14 |
| 8 Empréstimos | 14 |
| 9 Fornecedores e provisões | 15 |
| 10 Obrigações trabalhistas | 16 |
| 11 Provisões para contingências | 16 |
| 12 Patrimônio líquido | 16 |
| 13 Receitas sociais | 17 |
| 14 Despesas sociais | 17 |
| 15 Resultado financeiro | 18 |
| 16 Remuneração da Administração | 18 |
| 17 Instrumentos financeiros | 19 |
| 18 Renúncia fiscal | 20 |
| 19 Eventos subsequentes | 21 |
| 20 Aprovação para emissão das Demonstrações Financeiras | 21 |

Instituto Natura

Balço patrimonial em 31 de dezembro 2020 e 2019

Em milhares de reais

| Ativo | 2020 | 2019 | Passivo e patrimônio líquido | 2020 | 2019 |
|--|--------------|--------------|---|----------------|----------------|
| Circulante | | | Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | 248 | 359 | Empréstimos e arrendamento mercantil (Nota 8) | 5.006 | 7.037 |
| Títulos e valores mobiliários (Nota 5) | 3.414 | 3.766 | Arrendamento mercantil (Nota 8) | 266 | 37 |
| Outros ativos | 35 | 46 | Fornecedores e provisões (Nota 9) | 1.341 | 1.074 |
| | | | Obrigações trabalhistas (Nota 10) | 1.585 | 1.596 |
| | | | Obrigações tributárias | 199 | 280 |
| | | | | <u>8.397</u> | <u>10.024</u> |
| | <u>3.697</u> | <u>4.171</u> | | | |
| Não Circulante | | | Não circulante | | |
| Imobilizado (Nota 6) | 24 | 45 | Arrendamento mercantil (Nota 8) | 1.206 | - |
| Direito de Uso (Nota 7) | 1.361 | 36 | Provisão para contingências (Nota 11) | 469 | 458 |
| | | | | <u>1.675</u> | <u>458</u> |
| | <u>1.385</u> | <u>81</u> | Total do passivo | <u>10.072</u> | <u>10.482</u> |
| | | | Patrimônio líquido | | |
| | | | Patrimônio social (Nota 12.a) | 162 | 162 |
| | | | Déficit acumulado (Nota 12.b) | (5.152) | (6.392) |
| | | | | <u>(4.990)</u> | <u>(6.230)</u> |
| Total do ativo | <u>5.082</u> | <u>4.252</u> | Total do passivo e patrimônio líquido | <u>5.082</u> | <u>4.252</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Natura

Demonstração do resultado (*)

Exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--|-----------------|-----------------|
| Receitas sociais (Nota 13) | | |
| | 40.940 | 31.771 |
| Despesas sociais | | |
| Gerais e administrativas (Nota 14) | (2.165) | (4.366) |
| Com projetos (Nota 14) | (37.447) | (33.354) |
| | (39.612) | (37.720) |
| Superávit/(déficit) antes do resultado financeiro | 1.328 | (5.949) |
| Receitas financeiras (Nota 15) | 94 | 153 |
| Despesas financeiras (Nota 15) | (182) | (199) |
| Superávit/(déficit) do exercício | 1.240 | (5.995) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Natura

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---|--------------|----------------|
| Superávit/(déficit) do exercício | <u>1.240</u> | <u>(5.995)</u> |
| Outros resultados abrangentes | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>1.240</u> | <u>(5.995)</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Natura

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>Patrimônio social</u> | <u>(Déficit) acumulados</u> | <u>Patrimônio líquido</u> |
|---|--------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| <u>Em 1º de janeiro de 2019</u> | <u>162</u> | <u>(397)</u> | <u>(235)</u> |
| Superávit/(déficit) do exercício | - | (5.995) | (5.995) |
| <u>Em 31 de dezembro de 2019</u> | <u>162</u> | <u>(6.392)</u> | <u>(6.230)</u> |
| Superávit/(déficit) do exercício | - | 1.240 | 1.240 |
| <u>Em 31 de dezembro de 2020</u> | <u>162</u> | <u>(5.152)</u> | <u>(4.990)</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Natura
Demonstração do fluxo de caixa
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Fluxos de caixa de atividades operacionais | | |
| (Déficit) / Superávit do período | 1.240 | (5.995) |
| <u>Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa</u> | | |
| Juros sobre aplicações e títulos de valores mobiliários | (94) | (153) |
| Depreciações e amortizações | 330 | 456 |
| Atualização monetária sobre provisão para contingências | 11 | - |
| Provisão (reversão) de provisões para contingências | - | (235) |
| Juros e variação cambial sobre arrendamento mercantil | 115 | 22 |
| Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos | (31) | 37 |
| | <u>1.571</u> | <u>(5.868)</u> |
| <u>Variações no capital circulante</u> | | |
| Outros ativos | 11 | 58 |
| Despesas antecipadas | - | 2 |
| Fornecedores e provisões | 267 | 414 |
| Obrigações trabalhistas | (11) | 45 |
| Obrigações tributárias | (81) | 7 |
| | <u>1.757</u> | <u>(5.342)</u> |
| <u>Caixa gerado nas operações</u> | | |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | (7.000) | - |
| Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil | (416) | (22) |
| | <u>(7.416)</u> | <u>(22)</u> |
| <u>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</u> | <u>(5.659)</u> | <u>(5.364)</u> |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | |
| Adições de imobilizado e intangível | 447 | (7) |
| Aplicação em títulos e valores mobiliários | (33.500) | (29.900) |
| Resgate de títulos e valores mobiliários | 33.939 | 28.363 |
| Resgate de juros sobre aplicações e títulos de valores mobiliários | 8 | 153 |
| | <u>894</u> | <u>(1.391)</u> |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento | 894 | (1.391) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | |
| Captações de arrendamento mercantil | - | - |
| Amortização de arrendamento mercantil - principal | (346) | (434) |
| Captações de empréstimos e financiamentos | 5.000 | 7.000 |
| | <u>4.654</u> | <u>6.566</u> |
| Caixa líquido usado nas atividades de financiamento | 4.654 | 6.566 |
| <u>Redução de caixa e equivalentes de caixa e contas garantidas</u> | <u>(111)</u> | <u>(189)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa e contas garantidas no início do exercício | 359 | 548 |
| Caixa e equivalentes de caixa e contas garantidas no final do exercício (Nota 4) | 248 | 359 |
| <u>Redução no caixa e equivalentes de caixa</u> | <u>(111)</u> | <u>(189)</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Objetivo Social

O Instituto Natura, doravante denominado simplesmente “Instituto”, é uma Associação sem fins lucrativos ou econômicos, com prazo de duração indeterminado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjunto 171, Condomínio Edifício Faria Lima, e tem por objeto social a transformação da sociedade, focando a promoção da qualidade de vida, em suas diferentes dimensões, com ênfase na educação, na ampliação das liberdades, na democratização do acesso à informação, no aprofundamento da justiça social e na sustentabilidade.

O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que é um título concedido pelo Ministério da Justiça do Brasil, para as organizações que atendam aos requisitos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. O Instituto possui essa titulação desde 31 de janeiro 2011.

A partir de 2016, com a publicação da Portaria MJ nº 362, de 1º de março de 2016, a renovação anual deixou de ocorrer, e a titulação permanece vigente enquanto as condições iniciais para sua obtenção sejam atendidas.

1.2 Eventos relevantes do exercício

Durante o exercício de 2020, o Instituto apresentou:

- Patrimônio líquido negativo de R\$ 4.989 (R\$ 6.230 em 2019),
- capital circulante líquido negativo de R\$ 4.700 (R\$ 5.853 em 2019) e
- superávit do exercício de R\$ 1.241 (déficit de R\$ 5.995 em 2019).

As alterações nessas posições são decorrentes principalmente pelo aumento nas receitas sociais recebidas pelo Instituto no mesmo exercício (nota explicativa nº 13), principalmente pela aumento dos repasses que a mantenedora fez para o Instituto.

A principal fonte de recursos do Instituto é oriunda da mantenedora Natura Cosméticos S.A. e suas subsidiárias do Brasil, que destina o lucro da linha de produtos Crer Para Ver para que seja investido em ações sociais e manutenção do Instituto.

Adicionalmente, a administração destaca para demonstrar o pressuposto de continuidade do Instituto entende que na data de aprovação da emissão destas Demonstrações Financeiras, há recursos financeiros da Linha Crer Pra Ver que se encontram aplicados na mantenedora do Instituto, os quais são considerados suficientes para garantir a premissa de continuidade da operação. Em 31 de dezembro de 2020 este montante é de R\$ 49.122 (R\$ 38.018 em 2019).

1.3 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Instituto instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando a realidade do Instituto, não foi identificado impactos até o momento, todavia, o mesmo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras.

2 Resumo das principais políticas contábeis¹

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem finalidade de Lucros, e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Por fim, a Administração avaliou a capacidade do Instituto em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, assim como não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios do Instituto.

2.2 Moeda Funcional

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Operações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Instituto (R\$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, nas rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras".

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Estão registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Instituto para a gestão destes ativos financeiros. O Instituto inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros do Instituto são classificados como:

(i) Custo amortizado

Quando atender as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

São subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Quando não classificado como custo amortizado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla os títulos e valores mobiliários caixa e equivalentes de caixa.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros do Instituto são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, quando aplicável.

Todos passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Instituto durante os períodos apresentados incluem Empréstimos (nota explicativa nº 8) e Fornecedores (nota explicativa nº 9).

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Nos exercícios apresentados, o Instituto não possuía passivos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e fornecedores)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e fornecedores concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos.

A depreciação é calculada pelo método linear tendo como referência o valor do custo menos o valor residual e a vida útil remanescente. As estimativas de vidas úteis estão demonstradas conforme segue:

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . Móveis e utensílios - 5 - 8 anos (12,5% a.a. à 20% a.a.)
- . Equipamentos de informática – 15 – 20 anos (5% a.a. à 6,67% a.a.)
- . Benfeitorias em propriedades de terceiros – 20 anos (5% a.a.)

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado (nota explicativa nº6).

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.6 Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.7 Arrendamento mercantil

O Instituto aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2), que introduziu um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro, que era aplicado pelo Instituto até 31 de dezembro de 2018. O impacto desta nova norma aplicada está ilustrado na nota explicativa nº 7.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado tendo como referência o método de taxa de juros efetiva.

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como despesa financeira.

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

(a) Provisão para contingências

As provisões para contingências são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

2.10 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor e em função de serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.11 Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2020, o total acumulado de destinações ao fundo patrimonial classificado como patrimônio social era R\$ 162 (R\$ 162 em 2019).

2.12 Apuração do superávit / déficit - receitas e despesas

As receitas oriundas de doações são registradas mediante a documentação hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

Não há previsão para devolução das doações ao doador. Adicionalmente a Administração do Instituto possui autonomia para a destinação das respectivas doações e não há projetos em que há a efetiva correlação entre a doação recebida e a despesa a ser incorrida.

As despesas com doação são registradas no momento em que os respectivos gastos são incorridos ou quando há um efetivo compromisso contratual assumido de destinação de recursos para um projeto ou iniciativa. Para alguns projetos, estes compromissos são assumidos de maneira parcial, a partir das respectivas prestações de contas dos parceiros para cada fase do projeto.

2.13 Trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de desembolsar, caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros ("ITG 2002"), o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração no exercício de suas funções.

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receitas sociais de outras doações (nota explicativa n° 13) em contrapartida nas despesas sociais com pessoal (nota explicativa n° 14).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas nas respectivas rubricas, conforme notas explicativas abaixo, quando aplicável.

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|----------------|-------------|-------------|
| Caixa e bancos | 248 | 359 |
| | <u>248</u> | <u>359</u> |

5 Títulos e valores mobiliários

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---------------------------|--------------|--------------|
| Fundo de investimento (a) | 3.414 | 3.766 |
| | <u>3.414</u> | <u>3.766</u> |

(a) Fundo de Investimento Essencial – fundo exclusivo do Grupo Natura o qual é um Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado sob gestão, administração e custódia do Itaú Unibanco Asset Management. Os ativos elegíveis na composição da carteira são: títulos da dívida pública, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letras Financeiras e operações compromissadas. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas com rendimento a qualquer momento.

6 Imobilizado

| | <u>Benefitorias em propriedades de terceiros</u> | <u>Móveis e utensílios</u> | <u>Equipamentos de informática</u> | <u>Total</u> |
|---------------------------|--|----------------------------|------------------------------------|--------------|
| Custo | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2020 | 214 | 191 | 91 | 496 |
| Adições | - | 3 | - | 3 |
| Baixas | - | (2) | - | (2) |
| Em 31 de dezembro de 2020 | <u>214</u> | <u>192</u> | <u>91</u> | <u>497</u> |

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | | | |
|--|--------------|--------------|-------------|--------------|
| Depreciação e <i>impairment</i> acumulados | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2020 | (207) | (153) | (91) | (451) |
| Depreciação anual | (4) | (19) | - | (23) |
| Baixas | - | 1 | - | 1 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | <u>(211)</u> | <u>(171)</u> | <u>(91)</u> | <u>(473)</u> |
| <u>Valor contábil</u> | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2019 | <u>7</u> | <u>38</u> | <u>-</u> | <u>45</u> |
| Em 31 de dezembro de 2020 | <u>3</u> | <u>21</u> | <u>-</u> | <u>24</u> |

7 Direito de uso

| | <u>Imóveis</u> | <u>Total</u> |
|--|----------------|--------------|
| <u>Custo</u> | | |
| 1º de janeiro de 2020 | 470 | 470 |
| Adições | 1.634 | 1.634 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | <u>2.104</u> | <u>2.104</u> |
| <u>Amortização e perdas acumuladas</u> | | |
| 1º de janeiro de 2020 | (434) | (434) |
| Amortização anual | <u>(309)</u> | <u>(309)</u> |
| Em 31 de dezembro de 2020 | <u>743</u> | <u>743</u> |
| <u>Valor contábil</u> | | |
| Em 31 de dezembro de 2019 | <u>36</u> | <u>36</u> |
| Em 31 de dezembro de 2020 | <u>1.361</u> | <u>1.361</u> |

As vidas úteis aplicadas referem-se aos prazos pelos quais o Instituto tem segurança de que utilizará os ativos objetos dos contratos de arrendamento mercantil observando as condições contratuais. Em 1º de janeiro de 2020 correspondiam ao prazo remanescente dos contratos vigentes na data da transição da norma de Arrendamentos.

8 Empréstimos

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--|--------------|--------------|
| Não circulante | | |
| Empréstimos bancários (a) | - | - |
| Obrigações com arrendamento financeiro (b) | <u>1.206</u> | <u>-</u> |
| | <u>1.206</u> | <u>-</u> |
| Circulante | | |
| Empréstimos bancários (a) | 5.006 | 7.037 |
| Obrigações com arrendamento financeiro (b) | <u>266</u> | <u>37</u> |
| | <u>5.272</u> | <u>7.074</u> |
| Total de empréstimos | <u>6.478</u> | <u>7.074</u> |

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Empréstimos bancários

O empréstimo bancário contratado em 21/12/2020 possui vencimento em 21/06/2021^o mesmo foi contratado com taxa de juros 100% Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) composto com a taxa fixa de 2,250% ao ano exponencial a ser paga através de uma única parcela debitada em conta. Não há garantia oferecida conforme consta em contrato de crédito bancário.

(b) Obrigações com arrendamento financeiro

A propriedade é a própria garantia do arrendador uma vez que, na falta de pagamento, o bem arrendado reverte ao arrendador.

O prazo de vencimento do contrato com vigência de 5 anos, foi fevereiro de 2020. Em junho de 2020, foi firmado um aditivo (6^o) em que foram definidos os critérios de cálculo do valor do aluguel para os próximos 5 anos (2020 - 2025), confirmando o ajuste entre as Partes pela prorrogação do contrato.

Já está em curso a elaboração de um novo aditivo (7^o) ratificando a prorrogação da vigência do contrato (2020 - 2025) e indicando que, excepcionalmente este ano, foi ajustada a aplicação de um índice de reajuste diferente daquele previsto em contrato (IPCA em vez de IGPM).

A implementação do IFRS16 se deu com a assinatura do 6^o aditivo em junho de 2020.

As obrigações com arrendamento financeiro apresentam os seguintes prazos de vencimento:

| <u>Descrição</u> | <u>2.020</u> | <u>Novos</u> | <u>Juros</u> | <u>Transferências</u> | <u>2.019</u> |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|------------------|
| Arrendamento Mercantil | 384 | 2.081 | (346) | (1.388) | 37 |
| (-) Encargos Financeiros | (118) | (416) | 116 | 182 | - |
| <u>(=) Subtotal CP</u> | <u>266</u> | <u>1.665</u> | <u>(230)</u> | <u>(1.206)</u> | <u>37</u> |
| Arrendamento Mercantil | 1.388 | - | - | 1.388 | - |
| (-) Encargos Financeiros | (182) | - | - | (182) | - |
| <u>(=) Subtotal LP</u> | <u>1.206</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>1.206</u> | <u>-</u> |
| <u>Total Passivo</u> | <u>1.472</u> | <u>1.665</u> | <u>(230)</u> | <u>=</u> | <u>37</u> |

9 Fornecedores e outras contas a pagar

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Fornecedores internacionais | - | 152 |
| Fornecedores nacionais (a) | 590 | 411 |
| Provisões de contas a pagar (b) | <u>751</u> | <u>511</u> |
| | <u>1.341</u> | <u>1.074</u> |

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Fornecedores nacionais

As atividades administrativas de suporte (contábil, financeiro, jurídico, tecnologia da informação, etc.) são executadas pela Natura Cosméticos S.A. e cobradas do Instituto. Em 31 de dezembro de 2020, o Instituto possuía um saldo a pagar para a Natura Cosméticos S.A. de R\$15 (R\$30 em 31 de dezembro de 2019).

(b) Provisões de contas a pagar

Refere-se às provisões de despesas diversas para atender ao regime de competência.

10 Obrigações trabalhistas

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Salários a pagar | 678 | 723 |
| Encargos sociais sobre folha | 406 | 422 |
| Provisão para férias e encargos | <u>501</u> | <u>451</u> |
| | <u>1.585</u> | <u>1.596</u> |

11 Provisões

| | <u>Riscos Trabalhistas (a)</u> | <u>Total</u> |
|---------------------------|--|--------------|
| Em 1º de janeiro de 2020 | 458 | 458 |
| Atualização monetária | <u>11</u> | <u>11</u> |
| Em 31 de dezembro de 2020 | <u>469</u> | <u>469</u> |

- (a) O saldo apresentado consiste em riscos trabalhistas compostos majoritariamente por encargos (INSS e IR). Adicionalmente, em 2020 houve mudança estratégica do Instituto, onde formadores foram substituídos por consultores (terceiros), melhorando a abordagem de atuação, além de mitigar eventuais riscos trabalhistas.

12 Patrimônio líquido

(a) Patrimônio líquido

| | <u>Patrimônio Social</u> | <u>Déficit Acumulado</u> | <u>Total</u> |
|---------------------------|------------------------------|------------------------------|----------------|
| Em 1º de janeiro de 2020 | 162 | (6.392) | (6.230) |
| Déficit do exercício | <u>-</u> | <u>1.240</u> | <u>1.240</u> |
| Em 31 de dezembro de 2020 | <u>162</u> | <u>(5.152)</u> | <u>(4.990)</u> |

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O fundo patrimonial é formado por 10% do valor de doações recebidas das associadas patrocinadoras, quando estas não forem destinadas a projetos específicos. Visa garantir a sustentabilidade e a perpetuação do patrimônio e objeto social do Instituto Natura. A utilização do fundo patrimonial é aprovada, quando necessária, em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2020, o total acumulado de destinações ao fundo patrimonial classificado como patrimônio social era R\$ 162 (R\$ 162 em 2019).

(b) Déficit Acumulado

Em 31 de dezembro de 2020, o déficit acumulado é de R\$ 5.152 (déficit de R\$ 6.392 em 2019).

13 Receitas sociais

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--|---------------|---------------|
| Análise de receita por categoria | | |
| Doações Natura Cosméticos S.A. (a) | 1.410 | 2.057 |
| Doações Crer para Ver (b) | 36.332 | 24.034 |
| Doações outras empresas e organizações (c) | 3.198 | 5.680 |
| | <u>40.940</u> | <u>31.771</u> |

(a) Doação associada à mantenedora Natura Cosméticos S.A., que destinava anualmente, até 0,5 % de seu lucro líquido apurado no exercício anterior. Tal fato, sofreu alteração estatutária em 31 de agosto de 2020, descontinuando tal operação a partir desta data.

(b) Doação da Natura Cosméticos S.A. e suas subsidiárias do Brasil, que está associada ao repasse do resultado líquido das vendas da linha de produtos Natura Crer Para Ver.

(c) Doações recebidas de outros Institutos e Fundações para destinação em projetos coordenados pelo Instituto Natura e reconhecimento ao valor justo da receita referente a remuneração do trabalho voluntário dos integrantes do Conselho de Administração.

14 Despesas sociais

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---|--------------|--------------|
| Pessoal | 1.279 | 2.754 |
| Consultorias e serviços (a) | 206 | 698 |
| Manutenção e conservação | 561 | 615 |
| Outras despesas | 101 | 126 |
| Comunicação e eventos | 9 | 116 |
| Despesas com logística | <u>9</u> | <u>57</u> |
| Total despesas gerais e administrativas | <u>2.165</u> | <u>4.366</u> |

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | |
|-----------------------------|--------|--------|
| Doações realizadas (b) | 11.388 | 9.283 |
| Consultorias e serviços (c) | 13.321 | 7.896 |
| Pessoal | 7.707 | 6.870 |
| Outras despesas | 1.434 | 2.582 |
| Despesas com logística | 192 | 2.444 |
| Comunicação e eventos | 3.212 | 2.412 |
| Formação com projetos | 193 | 1.897 |
| Total despesas com projetos | 37.447 | 33.354 |
| Total despesas sociais | 39.612 | 37.720 |

- a. Referente principalmente as atividades administrativas de suporte (contábil, financeiro, jurídico, tecnologia da informação, etc.) que são executadas pela Natura Cosméticos S.A. e cobradas do Instituto (via cost share). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de despesa relacionada com esse suporte foi de R\$180 (R\$180 em 2019).
- b. Doações realizadas pelo Instituto são direcionadas para organizações parceiras. O aumento se deu para viabilização da expansão e maior abrangência do projeto de alfabetização e ensino médio em tempo integral.
- c. Em decorrência da mudança estratégica do Instituto, os formadores foram substituídos por consultores (terceiros), melhorando a abordagem de atuação, além de mitigar eventuais riscos trabalhistas. Esta mudança refletiu nesta rubrica, especialmente pelo aumento na capacidade produtiva (uma vez que o Instituto não é mais responsável por gerenciar os formadores).

15 Receitas (despesas) financeiras

| | 2020 | 2019 |
|--|-------|-------|
| Juros com empréstimos | (22) | (37) |
| Juros com arrendamento mercantil (a) | (116) | (22) |
| Outras despesas financeiras | (44) | (140) |
| Despesas financeiras | (182) | (199) |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 94 | 153 |
| Receitas financeiras | 94 | 153 |
| Resultado financeiro | (88) | (46) |

(a) Aumento se deu pelo IGPM.

16 Remuneração da administração

Conforme previsto no Estatuto Social do Instituto, o Conselho de Administração do Instituto, através de Assembleia Geral, é responsável por instituir a remuneração para os dirigentes do Instituto, nos termos da Lei nº 9.790/99, que atuarem efetivamente na gestão executiva.

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os membros do Conselho de Administração do Instituto não são remunerados por suas funções estatutárias e têm sua dedicação contabilizada conforme descrito na nota explicativa nº 3.11 “Trabalho Voluntário”. O Conselho de Administração é responsável por instituir a remuneração para os demais dirigentes do Instituto, nos termos da Lei nº 9.790/99, que atuarem efetivamente na gestão executiva.

17 Instrumentos financeiros

(a) Classificação contábil e valores justos

Os ativos financeiros do Instituto, classificados como valor justo por meio do resultado nos exercícios de 2020 e 2019, possuem valor contábil e valor justo iguais.

Os passivos financeiros que são classificados como custo amortizado (empréstimos e fornecedores) também possuem valor justo iguais ao valor contábil.

(b) Mensuração do valor justo

O A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros nas datas dos balanços estão conforme determinado pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo e seguem a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a mensuração do valor justo dos ativos financeiros do Instituto corresponde às características do Nível 2 (caixa e bancos e fundo de investimento), sendo que durante este exercício não houve alterações de níveis.

(c) Gerenciamento de riscos financeiros

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Instituto está sujeito à:

- Risco de liquidez: risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Risco Cambial: risco de que o Instituto está exposto ao risco de câmbio resultante do passivo financeiro em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Em 31 de dezembro de 2020 o Instituto está exposto basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano referente contas a pagar registradas no Brasil em moeda estrangeira no montante de R\$ 24.

Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração a projeção de perda incremental que teria sido reconhecida no resultado do período subsequente, supondo estática a exposição cambial líquida atual e os seguintes cenários:

| Descrição | Risco do Instituto | Cenário provável | Cenário II | Cenário III |
|-------------------|--------------------|------------------|------------|-------------|
| Exposição líquida | Aumento do dólar | 0 | (5) | (8) |

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias em 31 de dezembro de 2020. Conforme cotações obtidas na B3 na data prevista do vencimento do instrumento financeiro com exposição ao câmbio é de R\$ 5,18 /US\$ 1,00. Os cenários II e III consideram um aumento do dólar norte-americano de 25% (R\$ 6,48/US\$ 1,00) e de 50% (R\$ 7,78 /US\$ 1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

- Risco de Taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem o Instituto ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem o Instituto ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

| | |
|----------------------------------|----------------|
| Empréstimos em moeda local | (5.006) |
| Aplicações financeiras | 3.414 |
| <u>Exposição passiva líquida</u> | <u>(1.592)</u> |

A tabela a seguir demonstra a projeção de perda incremental que teria sido reconhecida no resultado do período subsequente, supondo estática a exposição passiva líquida atual e os seguintes cenários:

| Descrição | Risco do Instituto | Cenário provável | Cenário II | Cenário III |
|-----------------|--------------------|------------------|------------|-------------|
| Passivo líquido | Aumento da Taxa | (1) | (9) | (17) |

18 Renúncia fiscal

O Instituto está sujeito a determinados tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. No julgamento da Administração, para fins de atendimento às divulgações exigidas pela ITG 2002(R1), a renúncia fiscal engloba o Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Instituto Natura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Evento subsequente

A administração do Instituto está avaliando os impactos econômico-financeiros decorrentes do COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas existentes. Com base nas melhores informações internas e de fontes externas disponíveis, a administração não vislumbra impactos no que diz respeito à continuidade operacional do Instituto, nas estimativas contábeis registradas para realização de ativos ou relacionadas à provisão de obrigações em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

20 Aprovação para emissão das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração do Instituto em reunião realizada em 22 de abril de 2021

Diretoria

Presidente
David Saad

Gerente de Finanças e Governança
Rodolfo Luque Simões

Responsável Técnico
Anderson Garbin
Contador
CRC n° 1SP209583-O/O

* * *